

CONSENSO DA SALVAÇÃO

CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO*

*Professor universitário, advogado e
membro do Conselho Estadual de Cultura*

O Senador Tancredo Neves, vivido de tantos impasses republicanos, deu partida, já faz algum tempo, à tese do consenso como saída para a grave crise que dramatiza os nossos problemas. Ninguém tem dúvida da capacidade do estadista mineiro de antecipar-se aos acontecimentos. Tendo visto o filme tantas vezes, sabe ele o lance seguinte.

Alguns setores do PMDB não compreenderam bem o avanço do governador mineiro. A ortodoxia oposicionista, o que é perfeitamente razoável, não consegue ver no consenso muita coisa além de mera concessão. Leva até a pensar que a campanha pelas eleições diretas não teria o seu acolhimento. É claro que a semente andou crescendo.

Por outro lado, o PDS, salvo alguns quadros de linhagem especial, não gosta de falar no assunto. Para o PDS, governo é governo, como se ele fosse efetivamente governo. Ocorre que o sucessor da ARENA está fazendo muita água ultimamente.

A gravidade da situação brasileira, impõe que se restabeleça a inteligência da proposta de Tancredo Neves. Se não me falha a memória, é de ARTHUR SCHOPENHAUER a lição de que a inteligência é invisível para o homem que não a tem.

O Cenário desolador está óbvio. Sabem todos muito bem que os tempos difíceis de hoje não oferecem condições para as discussões ideológicas. Não se trata agora de conhecer quem está à direita ou à esquerda. Os protagonistas dessa virada crítica, que ainda não se convenceram da necessidade de usar o seu cacife para sopitar os

menestréis das saídas apocalípticas, estão, até mesmo inconscientemente, contribuindo para dizimar as mínimas esperanças de longevidade democrática. Não é lúcido enfrentar borrascas na base de reações emocionais ou maniqueístas. A saída é política, ou não é saída. E sendo política impõe negociação.

Falar em consenso como falou Tancredo Neves, não significa qualquer abdicação de convicções ideológicas próprias. Quem enxergar sob essa luz pálida, esta fatalizado ao convívio com as trevas. O consenso é, na verdade, um chamamento à razão coletiva; é a competente administração do dissenso.

Ernest Hambloch, Cônsul Inglês no Brasil, foi expulso por ter escrito a obra "Sua Majestade, o Presidente do Brasil". Neste pequeno livro, no reduzido Capítulo IV, ele fez uma análise da tradição do caudilho, "o sucessor latino-americano do velho cacique espanhol". Retira-se da leitura duas lições importantes: 1ª.) "a forma presidencialista de governo foi o resultado lógico do domínio arbitrário dos caudilhos, em forma constitucional"; 2ª.) "o sistema presidencial de governo em todos os países que o adotaram foi sinônimo de agitação, derramamento de sangue, tirania e violenta oposição à tirania". Na base desse raciocínio, deduzido com tanta concisão, Hambloch não hesita em acrescentar que tais "aspectos da política latino-americana exercem considerável influência no governo republicano brasileiro, pois ao adotar o regime presidencialista em sua constituição republicana, o Brasil tornou-se um herdeiro colateral da tradição caudilhesca".

Nos executivos monistas a figura do Presidente da República é imperial. Na América Latina velha de guerra, impregnada de sua origem ibérica, a imaturidade da cultura política leva o presidencialismo a freqüentes decaídas autoritárias.

Quem transita com leve bagagem na história do Brasil, sabe perfeitamente que nós começamos a nossa vida independente sob o impacto do atrito constitucional. O monarca e a constituinte, desde cedo, não se deram bem. Daí para frente as coisas não foram muito diferentes. Só houve tempero saboroso quando o detentor do poder administrou o dissenso com excelsa competência política, assim o caso do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Essa "tentação totalitária" que o regime presidencialista por de vezes provoca precisa ser superada. Por isso é bom pensar com maior seriedade no possível encaminhamento de uma reforma constitucional desaguando no parlamentarismo.

Ressuscitando Lassale, o consenso por essa via implica na necessidade de melhor ajustar os fatores reais de poder.

As vantagens oferecidas pelo regime parlamentar são muito grandes. A Chefia do Estado seria um ponto de convergência institucional, assegurando estabilidade à frágil estrutura constitucional brasileira. Nela estariam concentradas as competências relativas à segurança nacional, no sempre vulnerável na nossa história republicana. E, sobretudo, a permanência da democracia estaria melhor garantida, na medida em que o Chefe de Estado poderia funcionar como árbitro privilegiado na defesa de ordem (no sentido de Rommen, isto é, ordem entre seres racionais, livres; esforço moral contínuo das autoridades e dos súditos, ordem necessária para a realização do fim do homem) e da prática democrática.

A Chefia do Governo, representativa do quadro partidário, levaria necessariamente à possibilidade de disciplinar o dissenso na transição e abriria espaço para uma alternância não catastrófica no exercício do poder.

O consenso nasceria sem fórceps, eis que é da essência do parlamentarismo na tradição latina o acordo das bancadas, a formação de governos de coalizão, o entendimento entre as diversas forças políticas.

Pode parecer um sonho shakespeareano essa paisagem. São muitas as exigências aos agentes incumbidos de acertar o passo do país com o seu destino. Assim, o desarmamento dos espíritos, a extinção dos preconceitos, a humildade, a tolerância, o bom senso, o equilíbrio emocional. Exigiria deles, sobretudo, a capacidade de dar importância aos interlocutores, independentemente de sua cor política, achados todos e cada um vocacionados para realizar uma obra patriótica comum, e não meramente pessoal. Mas, sonho ou não, porque parece excepcional não deve deixar de ser tentado. Na máxima do velho Hipócrates: "remédios extremos são apropriados para doenças extremas".

É claro que se não deve pensar o parlamentarismo apenas como uma saída temporária. Deve-se pensá-lo como alternativa histórica para a realidade brasileira. E, mais ainda, deve ser adotado com os nossos padrões. E, nesse sentido, vários aspectos de sua estrutura devem ser examinados sem obediência obrigatória a modelos de outros países.

Fora desse caminho, só o consenso da salvação pregado há tanto tempo pelo lúcido Tancredo Neves.

A idéia mais consistente para levar a bom termo o consenso, é convencer o Presidente da República da necessidade de cortar o seu cordão umbilical com o emocionado PDS, o qual nem pertence à natureza da sua militância, nem tem sido motivo de orgulho para o seu aflito temperamento político. O presidente, assumindo uma liderança arbitral na transição, teria chance de um fresh start, para adaptar ao caso a expressão do constitucionalista inglês Wheare.

Acima dos partidos o Presidente poderia encaminhar o consenso por duas vias. A primeira, coordenando as forças políticas e

militares para a realização de eleições diretas. Por essa via, o Presidente resgata o compromisso original do movimento de março de 1964, que não incluiu no seu ideário ausência tão prolongada de eleições diretas para Presidente da República. A segunda, articulando o colégio eleitoral longe dos rigores da legislação vigente, para que o consenso viesse à luz do dia a partir de negociações entre as diversas lideranças, sem qualquer preconceito partidário. O Presidente deveria examinar uma pauta mínima de compromissos institucionais, assim a imediata reforma da constituição em pontos substanciais, como o fortalecimento do Legislativo, e a convocação de uma constituinte para 1986.

Aqueles que acreditam possível alcançar esse estágio avançado de maturidade política estão prestando inestimável serviço ao país; estão trabalhando para uma unidade cívica capaz de livrar-nos a todos do demorado transe no qual nos encontramos. A coragem para atravessar esse rubicão é agora pré-requisito para o exercício de uma cidadania responsável.

CARLOS ALBERTO DIREITO é professor universitário, advogado e membro do Conselho Estadual de Cultura